



FORUM PARA A
COMPETITIVIDADE

A SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DO PAÍS

I – PRECISAMOS DUM PROGRAMA DE ESTABILIDADE E CRESCIMENTO MAIS AMBICIOSO

Face ao crescente desequilíbrio externo da economia portuguesa, há anos que o Forum para a Competitividade tem vindo a:

- Analisar a situação económica e financeira, os seus antecedentes e as suas causas e a
- Indicar as medidas que o Estado, as Empresas e as Famílias deveriam tomar, com carácter de urgência, para inverter os diversos desequilíbrios,

sem o que o País entrará inexoravelmente num período de progressivo empobrecimento ou em ruptura de pagamentos externos - falhando completamente os objectivos com que, há cerca de dez anos, entrou no projecto da criação da União Económica e Monetária.

O Fórum para a Competitividade regista o empenho declarativo na consolidação das Finanças Públicas testemunhado pelo PEC. E regista o esforço político colocado na transmissão de uma mensagem de entendimento sobre os problemas fundamentais do País, passada às instâncias internacionais, mercados e analistas.

Espera-se agora que o empenho declarativo seja passado à acção e que esta se traduza numa maior exigência na redução da despesa pública e da dívida e numa



FORUM PARA A
COMPETITIVIDADE

prudência fiscal que leve a não sobrecarregar ainda mais a sociedade e a desincentivar o investimento em capital humano.

E espera-se que igual empenho venha a ser colocado na promoção da competitividade da economia, sem a qual não haverá crescimento económico suficiente, quer para absorver a procura de emprego, quer para financiar o modelo social.

De facto, a situação actual não é mais, quer em Portugal quer nos outros Países do Sul da Europa, do que uma manifestação aguda do baixo nível de competitividade das suas produções face ao que se verifica nos Países do Norte da Europa e, nomeadamente, na Alemanha que, na década anterior, restabeleceu a sua competitividade através de um longo esforço de moderação salarial, aumento dos tempos de trabalho e inovação e desenvolvimento bem conseguidos pelas suas empresas, num quadro macroeconómico devidamente controlado.

É por isso que o Fórum entende que, uma vez aprovado o PEC e, com essa aprovação, se ter afastado o espectro de uma crise financeira imediata, é agora necessário ir mais longe e concentrarmo-nos na resolução dos problemas estruturais que entravam o potencial de crescimento do País.

Nesse sentido, gostaríamos de lembrar que:

- o diagnóstico da situação actual não revela suficientemente o grau dos desequilíbrios financeiros do Estado, das famílias e das empresas, que no seu total é o mais elevado dos países com deficits excessivos;



FORUM PARA A
COMPETITIVIDADE

- a crise já vem de longe, com crescimento quase nulo na última década, com deficits da balança corrente próximos dos 10% desde 2000, indiciando uma fixação errada da taxa de câmbio de entrada no Euro e uma consequente degradação da competitividade externa, que se cifra em cerca de 30% e que dificulta muito a recuperação da balança de bens e serviços;
- perante as consequentes dificuldades em aproveitar a eventual retoma dos países nossos clientes para aumentar as exportações, e sendo por isso difícil atingir o crescimento previsto das receitas fiscais, devem ser previstas medidas adicionais quer nas receitas – como o aumento do IVA, quer nas despesas;
- a tentativa de reduzir o peso do funcionalismo público, que se saúda, compara mal com as percentagens de reposição de funcionários previstas nos outros PECs – 1 para 2 em Portugal, 1 para 5 na Grécia e 1 para 10 na Espanha e deve ser reforçada;
- a evolução da dívida pública, que só em 2013 baixará marginalmente dos 90% do PIB, deverá ser reduzida, sem o que se corre o risco do pagamento dos juros a tornar ainda mais insustentável face a qualquer aumento das taxas.

Por tudo isso, é importante compreender que o PEC tem de ser complementado com medidas que aumentem significativamente a taxa de crescimento potencial do produto, com destaque para a produção de bens transaccionáveis, sem o que, a persistência do desequilíbrio externo rapidamente se revelará num forte travão do crescimento.



FORUM PARA A COMPETITIVIDADE

As mudanças para melhorar a competitividade da economia exigem a aplicação persistente e sustentada de medidas profundas e ambiciosas. Não serão possíveis sem um acordo político longo entre os três partidos que se revêem num Estado de direito, na economia de mercado e na inserção de Portugal no comércio internacional.

A sociedade não irá compreender, e não deixará de penalizar a fuga a responsabilidades conjuntas na governação que nos conduziu a esta situação, apesar dos generosos apoios recebidos e dos inúmeros avisos quanto aos perigos do caminho percorrido.

Por outro lado, entre a habitual demagogia dos que estão na oposição e o adiamento dos problemas pelos que estão no poder, nenhum destes três partidos apresentaria isoladamente um PEC substancialmente diferente do que acabámos de analisar, e que, indo na direcção correcta, não é suficiente para resolver os problemas que enunciámos.

Contribuirá, com grande probabilidade, para que Portugal não se transforme, como a Grécia, num risco sistémico para a União Económica e Monetária, razão principal do rápido apoio recebido.

Mas não é suficiente, nem para assegurar a nossa solvência a prazo maior, nem sobretudo para assegurar o regresso a um período de crescimento económico que possibilite a redução progressiva do desemprego e da carga fiscal e o crescimento da produtividade a preceder o dos salários reais.

E um programa que não contenha as medidas necessárias à viabilização destes últimos objectivos será visto como os dois anteriores que já vivemos desde 2000, quando caímos em situação de deficit excessivo e dificilmente mobilizará os Portugueses.



FORUM PARA A
COMPETITIVIDADE

Mobilização indispensável pois que:

- Não podemos continuar a viver acima das nossas possibilidades e quanto mais tempo o fizermos, mais penoso vai ser o inevitável ajustamento;
- Precisamos de trabalhar mais e, sobretudo, melhor para recuperar competitividade externa;
- Precisamos de poupar mais – começando pelo Estado – para reduzir o endividamento externo para níveis sustentáveis;
- Teremos que canalizar o investimento para os projectos e sectores que contribuam para a redução do défice externo;
- Precisamos de conseguir atrair investimento estrangeiro.

Sem alterar significativamente os comportamentos do Estado, das Empresas e das Famílias não será possível resolver o impasse a que se chegou.

- **O Estado terá de equilibrar as suas contas** através de uma estratégia centrada na redução da despesa corrente primária e rever totalmente os programas de investimento público, sem o que não se reduzirá a dívida pública. O Ministro das Finanças deverá ter poder exclusivo sobre a qualidade e o nível da despesa pública do Sector Público Alargado - Administração Central, Regional, Autárquica, Institutos Públicos, com ou sem autonomia financeira, e Empresas Públicas, ou de capitais maioritariamente públicos.
- **As Empresas terão de se empenhar decididamente no aumento da sua competitividade e, nomeadamente, no curto prazo, reduzir todos os seus custos e a sua dívida que é elevadíssima e o Estado terá que se empenhar também em remover os “custos de contexto” e a**



FORUM PARA A
COMPETITIVIDADE

inflexibilidade, nomeadamente no mercado de trabalho, que penalizam a produtividade.

- **As Famílias terão de se habituar a poupar mais reduzindo os seus níveis de consumo.**



FORUM PARA A
COMPETITIVIDADE

II - A SITUAÇÃO ACTUAL, CAUSAS E RESTRIÇÕES PARA A SUA RESOLUÇÃO

A actual crise financeira internacional não veio mais do que agravar uma degradação progressiva da situação externa, que era evidente desde 2000, e representa uma dificuldade adicional nas condições em que a economia portuguesa terá de recuperar a sua competitividade externa.

De facto, a recuperação externa efectuada no quadro dos dois acordos celebrados com o FMI, no passado, contou com a circunstância favorável de, nesses períodos, os nossos parceiros mais importantes estarem em período de crescimento, ao contrário do que acontece actualmente. E de o nível de endividamento externo ser muito baixo e a poupança interna muito alta.

Por outro lado, o Estado português e o seu Governo puderam então, recorrendo à desvalorização da moeda, e a uma política monetária autónoma, e restritiva, dar um contributo poderoso para o restabelecimento da competitividade externa – fomentando as exportações e restringindo fortemente quer o consumo público e privado quer, conseqüentemente, as importações.

Tais condições não existem actualmente, no quadro da nossa participação do Euro.

O Estado português não tem, nem terá, qualquer influência na cotação do Euro. Indispensáveis restrições às importações não serão fáceis, nem no quadro do mercado interno da União Europeia, nem no quadro da globalização do comércio internacional, regido pela Organização Mundial do Comércio.



FORUM PARA A
COMPETITIVIDADE

Nem é possível ter uma política monetária autónoma, pois que ela é definida pelo Banco Central Europeu para a globalidade da zona Euro.

Aliás, desde os primeiros estudos sobre as vantagens e inconvenientes da participação no Euro que ficou claro que quebras de competitividade das diferentes zonas da UEM, ou choques assimétricos nas economias, só poderiam ser reequilibrados através do aumento da competitividade externa das empresas ou de um aumento do desemprego e/ou da redução dos salários reais.

De facto, importa lembrar que o Relatório Delors – que constituiu o verdadeiro *roadmap* para a criação da moeda única – já advertia, em 1988, para que *“Flexibilidade laboral e mobilidade laboral são necessárias para eliminar diferenças de competitividade entre diferentes regiões e países da Comunidade Europeia”*.

Mas esta advertência, apesar de atempada, nunca foi tida devidamente em conta entre nós.

Portugal não aproveitou períodos claramente mais favoráveis para fazer os ajustamentos necessários. Assim como não acautelou devidamente o alargamento a Leste da União Europeia. E menos ainda a globalização - o que aliás se mede bem pelo facto de o peso das exportações no PIB português quase não ter aumentado desde a integração na Europa, ao contrário do que aconteceu em todos os novos Estados membros, que por isso mesmo nos ultrapassaram.

Além disso, desbaratámos o único instrumento de política económica que nos restou – a política orçamental – prossequindo a via laxista, quando seria necessário contrabalançar o expansionismo do sector privado, enquanto este se



FORUM PARA A
COMPETITIVIDADE

ajustava à baixa estrutural das taxas de juro. Aumentou-se o peso do Estado na economia, o número de funcionários públicos e o volume de transferências sociais no orçamento para níveis tais que nem a tendência crescente da carga fiscal e para-fiscal permitiu equilibrar as contas públicas. Apesar do “bónus” de cerca de 3% do PIB que a baixa das taxas de juro trouxe à despesa orçamental.

Isto num quadro em que os níveis de poupança das famílias, e das empresas, atingiram os valores mais baixos de sempre, alimentando assim o crescimento desmesurado do endividamento externo. E em que uma parte cada vez mais significativa do Produto Interno já é absorvido pelo pagamento de juros ao exterior, reduzindo o rendimento disponível para a população residente.

Por outro lado, o crescimento do peso de Estado, ao tornar as famílias tão dependentes dos empregos públicos, e as empresas tão dependentes do investimentos e das compras públicas, torna especialmente difícil, em termos sociais, seguir uma política orçamental restritiva, como é indispensável. Para já não falar dos instrumentos de controlo político da sociedade que esta situação faculta a quem ocupa o poder.

Não sendo pois possível adoptar uma política monetária autónoma, nem desvalorizar a moeda, e estando conscientes das vantagens que o País, as Famílias, e os agentes económicos continuam a ter na participação no Euro – nomeadamente pela possibilidade de acesso a condições de financiamento estáveis e a uma taxa de juro baixa – quais as medidas a tomar pelo Estado, pelas Famílias e pelas Empresas?



FORUM PARA A
COMPETITIVIDADE

A dimensão do desequilíbrio e o grau de exigência das medidas a tomar implica a consciência prévia, e plena, pelos Portugueses, de que teremos de ser nós a resolver os nossos problemas e de que é ilusório, senão inaceitável, continuar a sustentar, de forma aberta, ou só implícita, a ideia de que perante os elevados níveis de endividamento e o peso crescente do serviço da dívida, os investidores externos continuarão a financiar por muito mais tempo os nossos défices, que possibilitam que continuemos a viver acima das nossas possibilidades.

Se as lideranças dos partidos políticos persistirem em ignorar a urgência e a necessidade de assumir com verdade a dimensão dos desafios que enfrentamos, e em convergir nas receitas para a sua resolução, será muito difícil que a opinião pública possa entender as medidas necessárias e contribuir pelo seu envolvimento positivo para a resolução da crise com que nos confrontamos.



FORUM PARA A
COMPETITIVIDADE

III – O REFORÇO DO PEC. MEDIDAS SUPLEMENTARES

Para que o País possa entrar na senda da convergência económica e do crescimento sustentado, é necessário um amplo acordo sobre um programa económico que contemple:

- no horizonte de duas legislaturas, uma redução da despesa pública corrente primária dos actuais 42% do PIB para 30%, o que implica necessariamente que sejam repensados o papel e as funções do Estado e, em consequência, concretizadas uma reforma das Administrações Públicas e uma reestruturação do sector empresarial do Estado.
- a redução da dívida pública para níveis sustentáveis e o controlo efectivo da dívida do Sector Público Alargado;
- que o equilíbrio das contas públicas se faça também pelo aumento da tributação do consumo, também pelo estímulo que esta produz na poupança e na redução das importações.
- o recurso a entidades independentes do Governo, e com estatuto que lhe assegure a necessária credibilidade, para avaliar a política orçamental, estabelecer as previsões económicas subjacentes ao Orçamento e avaliar os custos e benefícios dos investimentos públicos ou realizados em parcerias do Estado com o sector privado.



FORUM PARA A
COMPETITIVIDADE

- a garantia de que qualquer investimento público relevante seja avaliado nos seus impactos financeiros para o futuro antes da tomada de decisão e da respectiva adjudicação.
- o concurso público como forma ordinária da contratação pública, o que ultimamente deixou de acontecer.
- a contenção do investimento público dentro de valores que não comprometam mais o desequilíbrio externo, nem prejudiquem o financiamento do sector produtivo – o que implica suspender, nesta legislatura, os grandes projectos de investimento de iniciativa pública.
- o fim da prática de externalizar funções públicas para empresas públicas e municipais como forma de fugir à subordinação das regras da contratação pública e do controlo do Tribunal de Contas.
- lutar decididamente contra a corrupção e por uma maior transparência da governação.
- assegurar finalmente a prática de orçamentos plurianuais – para evitar a prática reiterada de num orçamento anual inscrever só uma pequena parte de cada investimento, deixando para os anos seguintes o grosso das despesas em que já não será possível actuar, o que reduz fortemente a margem de decisão orçamental de futuros governos. No caso português esta prática deve conduzir à elaboração de um Orçamento Quadro 2010-



FORUM PARA A
COMPETITIVIDADE

2014 (5 anos), incluindo estimativas para além desse último ano em matérias como os custos das PPP.

- a previsão da eventual utilização de esquemas de poupança obrigatória.
- o forte aumento da concorrência no sector dos bens não transaccionáveis, designadamente nas “utilities” de energia, telecomunicações e saneamento, como forma de reduzir, quer os custos das famílias, quer os custos de produção do sector transaccionável e assim favorecer a sua competitividade externa.
- libertar o potencial de crescimento da economia através da diminuição drástica dos chamados custos de contexto, em particular da burocracia, nomeadamente a relacionada com o licenciamento de actividades e da construção, mas sobretudo respeitar a necessidade de fornecer resposta em tempo útil, bem inferior aos tempos máximos que, aliás, são sistematicamente ultrapassados. O Estado não pode continuar a ser o principal obstáculo.
- gerir o binómio educação-formação profissional de acordo com as necessidades da nossa economia e fazer depender o financiamento das instituições do ensino superior, universitário ou politécnico, da adequação e qualidade dos seus cursos.
- encarar de frente os problemas do emprego, da produtividade individual e desemprego, ouvindo as empresas de forma atenta e sem preconceitos, deixando de adiar reformas estruturais indispensáveis à gestão racional e



FORUM PARA A
COMPETITIVIDADE

dinâmica das empresas. Importa ponderar bem as condições de trabalho nos países que conosco concorrem na localização de actividades produtivas como forma de travar a deslocalização que está na origem de grande parte do nosso desemprego estrutural recente.

- Alterar o Código do Trabalho no sentido de criar contratos específicos e flexíveis para jovens à procura de 1.º emprego, de entrada no mercado de trabalho de estagiários e para desempregados de longa duração, sem o que a incerteza da actual situação económica não permitirá a redução do desemprego, nem sequer a sua manutenção aos níveis historicamente elevados já existentes.

Os jovens e os desempregados de longa duração não precisam do espartilho, aparentemente protector, da legislação laboral, precisam é que lhes dêem oportunidades de emprego.

Sem uma aposta na qualidade das Finanças Públicas por via da promoção da sua sustentabilidade a longo prazo, e na criação de um ambiente macro económico estável e facilitador do crescimento económico, a política orçamental não ganhará credibilidade.

Mas, sem medidas que permitam relançar a actividade económica no sentido das exportações, o País não resolverá os problemas do desequilíbrio externo e entrará num caminho de empobrecimento progressivo ou de ruptura de pagamentos.



FORUM PARA A
COMPETITIVIDADE

IV- ESTADO DA JUSTIÇA

As medidas sugeridas no capítulo anterior com o objectivo de reforçar o PEC e de assegurar taxas de crescimento do produto mais elevadas não obterão os efeitos desejados se não se constituir como prioridade nacional a resolução dos problemas da Justiça.

Estado de direito e economia de mercado são as duas características essenciais e inseparáveis das zonas de maior desenvolvimento económico e social no Mundo. O estado actual da justiça é um travão ao desenvolvimento, criando um clima de desresponsabilização, com legislação obscura e de aplicação imprevisível, mas sempre excessivamente lenta.

É necessário reformular o panorama da produção legislativa do País, de que depende o funcionamento do poder judicial, mas também o do poder executivo.

E dar-lhe estabilidade, sob a forma de “Pactos de Futuro” a vigorar por duas legislaturas, para criar um Estado mais eficiente e mais justo – sistema de justiça, reforma da Administração Pública, sistema fiscal, sistema orçamental e sistemas de ensino, saúde e segurança social.

É necessário um Centro Nacional de Produção Legislativa que, com essa ou outra designação, coordene todo o trabalho de revisão de legislação avulsa, ultrapassada, contraditória e que estude obrigatoriamente os custos introduzidos por leis e regulamentos, para acompanhar a discussão substantiva desses normativos.



FORUM PARA A
COMPETITIVIDADE

É também indispensável reduzir drasticamente o recurso à governação por decreto, que origina legislação de má qualidade desenquadrada de objectivos gerais e em evolução errática de governo para governo. Legislar muito menos para legislar muito melhor.

V - FISCALIDADE

A última reforma fiscal não contribuiu para preparar o País para a internacionalização, nem para a entrada no Euro. Precisamos urgentemente de uma Nova Reforma Fiscal.

As alterações ocorridas nas últimas duas décadas não foram mais do que tentativas norteadas pela necessidade de aumento da receita, desistindo do importante papel da fiscalidade na orientação desejada para a economia.

A fiscalidade tem uma importância estratégica sem precedente porquanto é o único instrumento macroeconómico, decidido a nível nacional, com potência para actuar sobre as desvantagens da localização geográfica, da dimensão do mercado nacional, da falta de tecido industrial forte ou de mão-de-obra qualificada.

É urgente em sede de IRS e IRC criar medidas de apoio à criação de riqueza a partir de Portugal, com prioridade ao reforço da capitalização empresarial, à dinamização da internacionalização e das exportações, e à inovação tecnológica nas PME.

Igualmente é urgente criar condições que promovam decisões judiciais em tempo útil, o reforço da estabilidade e previsibilidade da legislação fiscal, e o restabelecimento da confiança recíproca entre o sector empresarial e a administração fiscal.



FORUM PARA A
COMPETITIVIDADE

Assim, propõe-se a criação imediata das medidas fiscais seguintes:

Empresas:

A – Promover a capitalização empresarial:

- *a criação em IRC, de mecanismos de tributação preferencial dos lucros e reservas retidos e reinvestidos, dos aumentos de capital e dos empréstimos/suprimentos às empresas pelos sócios. Esta tributação preferencial deverá operar por via de dedução fiscal ou outra solução de técnica fiscal, e reconhecer as especificidades, diferenciando as empresas com volumes de negócio inferiores a um milhão de euros e entre 1 e 5 milhões de euros.*
- *a criação em IRS, de uma tributação na distribuição de dividendos e de lucros aos participantes sociais, que favoreça o reinvestimento na capitalização empresarial.*

B – Fomentar a internacionalização e a exportação:

- *a revisão do regime de IRS e IRC orientada pelo apoio à internacionalização e das exportações a partir de Portugal, em especial dos regimes aplicáveis ao rendimento: a) obtido no estrangeiro; b) pago a fornecedores e investidores não-residentes, e c) pago ao trabalhador-qualificado temporariamente no estrangeiro ou ao trabalhador estrangeiro-qualificado temporariamente em Portugal.*



FORUM PARA A
COMPETITIVIDADE

C – Apoiar a inovação tecnológica

- *a revisão da tributação de IRS e IRC aplicável à propriedade intelectual tornando-o eficiente do ponto de vista da gestão de propriedade intelectual a partir de Portugal e do contributo para a diversificação da estrutura produtiva, na perspectiva da modernização industrial e inovação tecnológica da economia portuguesa.*

D – Flexibilizar a gestão de tesouraria e reequilibrar a relação tributária - pagamento do imposto:

- *a eliminação do Pagamento Especial por Conta e dos Pagamentos por Conta.*
- *o reembolso de IVA no prazo de um mês.*
- *o alargamento dos prazos de pagamento do IVA, até ao final do segundo mês após o final do período de liquidação.*
- *o alargamento da possibilidade de compensação entre débitos e créditos do Estado, em sede de IRC e IVA, a favor do sujeito passivo.*

E – Agilizar as garantias bancárias:

- *a eliminação da obrigatoriedade de garantias bancárias cujo montante ou a duração temporal seja desproporcionada, designadamente nos casos de processos de contestação de dívidas,*



FORUM PARA A
COMPETITIVIDADE

nos pedidos de reembolso do IVA, e nos pedidos de dilação do pagamento do IVA nas importações.

F – Operacionalizar os benefícios fiscais contratuais:

- *a urgente operacionalização do regime dos projectos de investimento que possam beneficiar de incentivos fiscais em regime contratual ao abrigo do Código de Investimento, nomeadamente com vista à internacionalização. Igualmente deverá suprir-se as deficiências apontadas pela Auditoria do Tribunal de Contas “Relatório Benefícios Fiscais ao Investimento de Natureza Contratual” de Novembro de 2009.*

G – Fasear a extinção do Imposto do Selo:

- *a extinção faseada do Imposto do Selo, com prioridade numa primeira fase do que incide nas operações financeiras, como a utilização de crédito e as comissões por garantias prestadas, e nos trespasses.*

H – Rever o IMI e IMT e os rendimentos prediais:

- *a revisão ponderada do IMI e do IMT, atendendo às distorções existentes, em especial no excesso das avaliações fiscais perante os valores reais da transacção.*
- *tributação dos rendimentos prediais à taxa liberatória de 20%*



FORUM PARA A
COMPETITIVIDADE

I – Restabelecer a relação de confiança recíproca entre a Administração fiscal e o Sector Empresarial:

- *o reforço da estabilidade e da previsibilidade das normas fiscais e a criação de um canal de contacto permanente entre a administração fiscal e o sector empresarial em vista ao aprofundamento da confiança recíproca e à monitorização de problemas.*

J – Rever o regime de coimas (contra-ordenações tributárias):

- *a revisão do procedimento do exercício do direito de redução da coima no processo contra-ordenacional regulado no artigo 29º do RGIT, por forma a melhor atender aos condicionalismos do caso concreto e a minorar a insensibilidade do automatismo informático.*



FORUM PARA A
COMPETITIVIDADE

Famílias:

L - Estímulos à redução do consumo privado, das importações e o aumento da poupança e dos depósitos bancários:

- *a criação em IRS de mecanismos fiscais de estímulo da poupança com empréstimos obrigacionistas, garantidos pelo Estado, e de esquemas de poupança obrigatória, por exemplo através de contas de capitalização individual garantida.*

As medidas avançadas visam reduzir a procura e são muito diferentes da política de sustentação de procura, sistematicamente seguida, com picos em anos eleitorais.

Assim na apresentação das medidas fiscais enumeradas visou-se sobretudo reduzir o desequilíbrio financeiro e a dívida do Estado, empresas e famílias. Salienta-se, que a restrição financeira, *maxime* a do Estado, contribuiria para maior qualidade da despesa corrente e também para uma maior qualidade do investimento.



FORUM PARA A
COMPETITIVIDADE

VI – POLÍTICAS DE APOIO À OFERTA

É necessário reorientar a política económica da promoção da procura – que pouco efeito tem tido no aumento na capacidade de oferta e se tem reflectido mais na persistência do desequilíbrio externo – para a promoção da oferta, desbloqueando o seu potencial.

Para isso, é necessário que: os salários reais acompanhem a produtividade do sector transaccionável e, dessa forma, contribuam para a sua competitividade externa, as condições de contratação e de despedimento se tornem mais flexíveis, facilitando o ajustamento da capacidade das empresas à conjuntura económica, o ensino seja mais orientado para a vida activa e para a reciclagem periódica de conhecimentos, seja colocado um grande enfoque nas necessidades e capacidades das PME, designadamente estimulando o seu investimento e aumento da capacidade e da qualidade da oferta. Só assim se poderá esperar conseguir, de forma realista, reabsorver o nível de desemprego a que chegaremos ao longo da crise.